

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

THE PRECARIZATION WORK IN THE CONTEXT OF CAPITAL'S STRUCTURAL CRISIS

LA PRECARIEDAD DEL TRABAJO EN EL CONTEXTO DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DE CAPITAL

Jacson Tavares de Oliveira

Professor do Instituto Federal da Bahia – IFBA.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

A intensificação das políticas neoliberais a partir dos anos 1980 reduziu a participação do Estado e fortaleceu a ação das grandes empresas, bem como promoveu a livre expansão do capital financeiro internacional. Aflexibilização das leis trabalhistas gerou mais desemprego, redução salarial e precarização do trabalho, inclusive em áreas privilegiadas, como Europa Ocidental e Estados Unidos. Com base em Marx, Mészáros, Harvey e Chesnais, o presente trabalho analisa a precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital, destacando a formação do mercado mundial, a tendência da *taxa de utilização decrescente* e as alternativas para a luta anti-capital.

Palavras chave: neoliberalismo; capitalismo; desemprego.

ABSTRACT

The intensification of neoliberal policies from the 1980s reduced the share of state and strengthened the action of large companies, as well as promoted the free expansion of international financial capital. The flexibilization of labor laws has generated more unemployment, wage reduction and precariousness of work, including privileged areas, as Western Europe and United States. Based on Marx, Mészáros, Harvey and Chesnais, the present study analyzes the precarization work in the context of capital's structural crisis, emphasizing the formation of the world market, the tendency of utilization rate decreasing and the alternatives to the conflict anti-capital.

Keywords: neoliberalism; Capitalism; unemployment

RESUMEN

La intensificación de las políticas neoliberales de la década de 1980 en adelante disminuyó la participación del Estado y fortaleció la acción de las grandes empresas, así como promovió la libre expansión del capital financiero internacional. La flexibilización de las leyes laborales generó más desempleo, reducciones salariales y precariedad del trabajo, incluso en las zonas privilegiadas, como Europa Occidental y los Estados Unidos. Basado en Marx, Mészáros, Harvey y Chesnais, el presente trabajo analiza la precariedad del trabajo en el contexto de la crisis estructural del capital,



destacando la formación del mercado mundial, la tendencia de la tasa de utilización decreciente, y las alternativas para la lucha contra el capital.

Palabras clave: neoliberalismo, capitalismo, desempleo.

1 INTRODUÇÃO

O avanço mundial das políticas neoliberais a partir dos anos 1980 sepultou de vez o já precário Estado de Bem-Estar e permitiu ao capital financeiro internacional e aos grandes grupos transnacionais a derrubada rápida e radical dos últimos entraves para a exploração dos recursos econômicos humanos e naturais, evidenciada pela diminuição da presença do Estado e fim dos monopólios estatais de energia, infraestrutura e telecomunicações, pela liberalização do comércio e pela desregulamentação do mercado de trabalho.

Os apologistas do capital afirmavam que a excessiva proteção legal seria a causa principal do desemprego e que a flexibilização das leis trabalhistas seria a solução para acabar com o desemprego, pois possibilitaria ao capital contratar mais força de trabalho e o resultado disso foi o desmantelamento das legislações trabalhistas conquistadas através de grandes lutas sociais, a intensificação do desemprego, a redução dos níveis salariais e a precarização do trabalho, inclusive em áreas privilegiadas, como Europa Ocidental e Estados Unidos.

Sob a luz das ideias de Marx, Mészáros, Harvey e Chesnais, o presente trabalho analisa a precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital, destacando a formação do mercado mundial, entendido como uma válvula de escape expansionista para relativizar os limites absolutos do capital, a tendência da *taxa de utilização decrescente* que atinge a produção de bens e serviços, a maquinaria industrial e a própria força de trabalho e aponta alternativas para a luta anti-capital.

2 DESENVOLVIMENTO

A criação do mercado mundial foi prenunciada por Marx, em pleno século XIX, quando verificou que o capital tem uma característica inata de encarar cada limite como uma barreira a ser suplantada, onde as contradições imediatas que criam estes limites são deslocadas e utilizadas como impulsos para a expansão aparentemente ilimitada do capital em escala cada vez mais ampliada:

[...] Uma condição da produção baseada no capital é a produção de um círculo sempre ampliado da circulação seja o círculo diretamente ampliado ou sejam criados nele mais pontos como pontos de produção. [...] A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. [...] O comércio não aparece mais aqui como uma função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção (MARX, 2011, p. 332, grifos do autor).

O processo de mundialização do capital verificado na segunda metade do século XX foi amplamente designado de *globalização*. Para Chesnais (1996, p. 24) os termos *global* e *globalização* foram amplamente difundidos pela imprensa econômica e financeira de língua inglesa, denominada pelo autor como “o veículo linguístico por excelência do capitalismo”, a partir dos anos 1980 e, rapidamente, passou a fazer parte do discurso neoliberal. Para ele, os termos são vagos e, por essa falta de nitidez conceitual, serve aos propósitos de manipular o imaginário social para entender a *globalização* como benéfica e necessária, cabendo apenas aos países realizar a adaptação a esse processo:

Tanto mais que, no tocante ao “progresso técnico”, a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. [...] É preciso que a sociedade *se adapte* [...] às novas exigências e obrigações, e, sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. [...] De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado (CHESNAIS, 1996, p. 25, grifo do autor).

Chesnais (1996) acrescenta que os termos *mundial* e *mundialização* são mais precisos e permitem introduzir a ideia da necessidade de se criar instituições políticas mundiais para tentar servir de barreiras ao movimento de mundialização do capital.

Para Mészáros (2011) enquanto este mecanismo vital de autoexpansão continuar funcionando a crise é apenas **conjuntural**, podendo se apresentar em graus variados de duração, frequência e severidade que afetam as três dimensões fundamentais do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), mas esse processo de deslocamento não pode se prolongar indefinidamente e a crise **estrutural** se instala quando os limites absolutos do capital são ativados, não havendo mais condições de estender as fronteiras historicamente dadas do capital:

Com certeza, os apologistas da ordem estabelecida saúdam cada escapada da crise como sua vitória final, e como a refutação definitiva do marxismo. Já que eles não podem, nem vão pensar em termos históricos, também não conseguem compreender que os *limites do sistema do capital* podem de fato se expandir historicamente — por meio da abertura de novos territórios, protegidos por impérios coloniais, ou pelos modos mais modernos de “neocapitalismo” e “neocolonialismo”. Do mesmo modo, eles podem se expandir graças à colonização interna, isto é, pelo estabelecimento implacável de novas válvulas de escape nos próprios países, protegendo as condições de sua expansão sustentada por uma exploração mais intensiva tanto do produtor como do consumidor etc. — sem se livrar dos *limites estruturais* e contradições do próprio capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 586, grifos do autor).

Mészáros aponta, então, dois caminhos para a perpetuação da sobrevivência e do poder do capital diante do problema da ativação de seus limites absolutos: a multiplicação do seu poder em escala global e a intensificação do seu domínio interno.

Com relação à primeira válvula de escape expansionista¹, entendida como a *constante expansão da escala de operações*, o capital pôde criar o mercado mundial e relativizar os seus limites absolutos, ou seja, adiar o seu fenecimento. Nesse processo, o capital se impôs como o modo de produção dominante e, além de abrir novas rotas de suprimento de recursos materiais e humanos, cria também necessidades de consumo nos territórios recém incorporados à dinâmica capitalista.

Nesse contexto, o fracasso do modelo soviético implicou também na diminuição do peso das fronteiras e no aprofundamento da divisão internacional do trabalho, na medida em que novos territórios foram incorporados ao capitalismo hegemônico. Para Ianni (1992) o fim do *experimento socialista* não significou, automaticamente, o término das desigualdades, tensões e contradições que estavam e continuam a estar na base das populações:

O mesmo capitalismo que começa a ser derrotado com a Revolução Soviética de 1917, em pouco tempo se mundializa, universaliza. Readquire tal ímpeto que invade os espaços até então protegidos pelo regime de economia centralmente planejada, nos países onde se ensaiam, ou se ensaiavam, experimentos socialistas (IANNI, 1992, p. 23).

A mundialização do capital em curso diminui o papel dos Estados Nacionais, derruba fronteiras e representa um processo de aceleração capitalista jamais visto antes. Graças aos avanços tecnológicos é possível para uma empresa transnacional atuar em escala planetária, produzindo em

¹David Harvey (2005) denominou **ajuste espacial** o processo de criação do mercado mundial como estratégia vital para a sobrevivência do capitalismo que tem necessidade de reinvestir o capital excedente em novas regiões promissoras de altas taxas de lucro e, com isso, resolver, temporariamente, as crises.

um território, tendo seu centro de comando a milhares de quilômetros distante desse espaço e exportando essas mercadorias para todo o mundo.

Os avanços tecnológicos, notadamente os relacionados às telecomunicações e aos transportes, permitem que territórios distantes se tornem cada vez mais próximos entre si. Dessa forma, há uma mudança qualitativa nos processos produtivos: as empresas se instalam nos países da periferia e não geram os empregos nem o desenvolvimento prometido nas ideologias modernizantes, reduzindo o processo de produção à importação de peças e equipamentos com alto valor agregado, onde as tarefas locais não passam da simples montagem de bens.

Com relação à segunda válvula de escape expansionista, entendida como uma *colonização interna*, o capital pode enfrentar a ameaça de atingir seus limites estruturais através da dupla exploração dos trabalhadores: como produtores e como consumidores. Assim, os limites do consumo são artificialmente ampliados porque o sistema deliberadamente produz novas necessidades que transcendem as reais necessidades do sujeito, transformando o supérfluo em necessário. Marx já apontava para essa tendência do capital em criar apetites artificiais:

O luxo é o contrário do naturalmente necessário. As necessidades naturais são as necessidades do indivíduo, ele próprio reduzido a um sujeito natural. O desenvolvimento da indústria abole essa necessidade natural, assim como aquele luxo — na sociedade burguesa, entretanto, o faz somente de modo antiético, uma vez que ela própria repõe uma certa norma social como a norma necessária frente ao luxo. [...] Essa remoção do solo natural sob o solo de toda indústria e a transposição de suas condições de produção para fora dela em uma conexão universal — por conseguinte, a transformação daquiloque aparece supérfluo em algo necessário, em necessidade historicamente produzida — é a tendência do capital (MARX, 2011, p. 435, grifos do autor).

A criação histórica das necessidades sociais exclusivamente para fins de expansão dos lucros ativa um dos limites absolutos do capital uma vez que há restrição de recursos de produção disponíveis para atender a demanda ilimitada desse modo de produção que não pode admitir qualquer necessidade de restrição². Mészáros chama a atenção para essa contradição insuperável do capital:

²Marx teorizou sobre essa característica do capital em não aceitar nenhum tipo de restrição e considerar cada expansão como ponto de partida inicial para uma nova expansão: “Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo. [...] Aqui, aparece a tendência universal do capital que o diferencia de todos os estágios de produção precedentes. Embora limitado por sua própria natureza, o capital se empenha para [o] desenvolvimento universal das forças produtivas [...] — livre, desobstruído, progressivo e universal — [que] constitui o pressuposto da sociedade e, por isso, de sua reprodução, onde o único pressuposto é a superação do ponto de partida” (MARX, 2011, p. 446).

A utilização predatória dos recursos renováveis e não renováveis e o correspondente desperdício em escala monumental é o corolário fatal dessa maneira alienada de se relacionar com a necessidade humana individual. No que se refere à influência desse mesmo fato no sistema produtivo em si, descobrimos que a série de carências historicamente criadas (e dos bens correspondentes, não importando a sua artificialidade) está incorporada num quadro reprodutivo *altamente ampliado*, com dificuldade cada vez maior de garantir a exigida *continuidade* da produção e das necessárias “realização” e “valorização” do capital em escala sempre crescente (MÉSZÁROS, 2011, p. 260, grifos do autor).

Harvey (2011) também destaca a impossibilidade de ajustes espaciais infinitos para contrabalançar a tendência da queda de rentabilidade que ameaça o capital, mas reconhece a sobrevida que esses mecanismos concedem ao sistema, mesmo que de forma restrita dada a insustentabilidade das sociedades de consumo que são criadas para manter a reprodução ampliada do capital e afastar as crises:

[...] A elaboração de novas linhas e nichos de produtos tem sido um salva-vidas para o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que tem transformado a vida diária, até mesmo das populações de baixa renda dos chamados países em desenvolvimento (como demonstra a rápida proliferação de rádios e telefones celulares em todo o mundo em poucas décadas). [...] A inovação e o desenvolvimento de produtos, como todas as outras coisas, tem se tornado um grande negócio, aplicável não só para a melhoria dos produtos existentes (como automóveis), mas também de setores da indústria inteiramente novos (como computadores e eletrônicos e seus enormes campos de aplicação no governo, produtos farmacêuticos, cuidados de saúde, organização empresarial, entretenimento e similares, além de bens de uso doméstico). [...] Mas a propensão espantosa para a criação de linhas de produtos totalmente novas e a aceleração que ocorreu [...] desde a década de 1950 colocou o desenvolvimento do consumismo e de uma crescente demanda efetiva no centro da sustentabilidade do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2011, p. 82-83).

Isso evidencia que a tentativa de ampliar a escala das operações, tanto no domínio externo, com a incorporação de novos territórios, quanto no domínio interno, com a exploração mais intensiva tanto do produtor como do consumidor, são suficientes apenas para deslocar as contradições por algum tempo, mas jamais oferece condições para superar os antagonismos que são, inclusive, aprofundados com a usurpação contínua e crescente da totalidade de recursos renováveis e não renováveis, culminando com a limitação irreversível do capital como modo de reprodução sociometabólica, quando o processo se completar historicamente. A crise estrutural é evidenciada pelo encurralamento do capital: nem pode retroceder para uma situação anterior, com menor

integração e expansão, nem há possibilidade de prosseguir em seu ajuste espacial na escala necessária.

Durante certo tempo, a criação do mercado mundial permitiu a formação de taxas diferenciais de lucro e superlucro que puderam ser deslocadas, em pequena fração, para a força de trabalho localizada nos países centrais, conforme exemplifica Mészáros (2011, p. 340):

Quando a Ford das Filipinas paga 30 centavos por hora à força de trabalho local, conseguindo, desta forma, um retorno de 121,3 por cento sobre o capital próprio, em contraste com uma média mundial de 11,8 por cento (valor que inclui, evidentemente, os lucros imensos de fábricas no Terceiro Mundo), é óbvio que isto ajudou a Ford Corporation a pagar o salário de 7,50 dólares no mesmo ano (1971) pelo mesmo tipo de trabalho à sua força de trabalho de Detroit, ou seja, 25 vezes mais que o salário das Filipinas.

O próprio autor chama a atenção para o fato de que essas práticas se tornaram inviáveis com o passar do tempo em função das próprias contradições do sistema que persegue uma expansão ilimitada, onde esses deslocamentos expansionistas conseguem apenas um alívio temporário ao transferir o problema do desemprego dos países capitalistas avançados para outras partes do mundo, resultando na tendência atual da *equalização da taxa diferencial de exploração* em todos os ramos da indústria em todos os países.

O fenecimento do Estado de Bem-Estar a partir da intensificação de medidas neoliberais para tratar o problema do crescente desemprego estrutural só reforçou a subordinação do trabalho ao capital, agora com a aprovação de leis antitrabalhistas, veiculadas como necessárias para gerar mais empregos, uma vez que, segundo os apologistas do capital, a excessiva proteção legal seria a causa principal do desemprego e, portanto, a flexibilização das leis trabalhistas possibilitaria ao capital contratar mais força de trabalho. Nesse sentido, Chesnais (1996, p. 42, grifo do autor) destaca a *mercadorização* do trabalho e o dismantelamento das legislações trabalhistas:

O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve o seu valor venal desvalorizado pelo “progresso técnico” e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam de que ainda restem alguns cacos delas.

Na realidade, as medidas neoliberais adotadas para resolver a questão do desemprego intensificaram o problema, até mesmo nas áreas privilegiadas, como Europa Ocidental e Estados

Unidos, resultando na redução dos níveis salariais, na precarização do trabalho e no aumento do próprio desemprego.

Isso ocorre porque a produção em tempo real (*just in time*) permite romper a rigidez na montagem de produção característica do sistema fordista e, assim, a produção acontece em escala diferenciada, sendo possível o atendimento individual ao consumidor. Por outro lado, os contratos flexíveis de trabalho pioraram as condições de vida dos trabalhadores, uma vez que só há empregos se houver demanda. Associado a isso, a introdução, cada vez mais intensa, da robótica nos processos industriais vem contribuindo para diminuir os custos das empresas e aumentar o desemprego, enfraquecendo o movimento dos trabalhadores que, atualmente, não vêm lutando por melhores condições de trabalho, mas pela inclusão no mercado, a qualquer preço e sob quaisquer condições, conforme aponta Harvey (2011, p. 56, grifo do autor):

As tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais podem mandar as pessoas para fora do trabalho e de volta à reserva industrial. O resultado é um exército “flutuante” de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente sobre os salários.

Com efeito, o capital é muito competente em transformar os ganhos do trabalho em alavanca para a sua expansão quando incrementa, constantemente, a produtividade do trabalho através da introdução de novas tecnologias e processos organizacionais, mas, contraditoriamente, não consegue equacionar o problema do *desemprego crônico* e da *superprodução*, fatos que são indicadores da crise estrutural do capital.

Nesse sentido, o avanço das forças produtivas é, simultaneamente, uma resposta à irrefreável necessidade do capital em expandir a produção e a produtividade em escala infinita, bem como representa, contraditoriamente, um entrave a sua expansão, em função do objetivo de toda criação da riqueza servir aos interesses do capital e não da sociedade e, sendo assim, nunca ocorre a saciedade, o que representa um risco potencial e imediato para todo o planeta.

No processo de modernização tecnológica, o capital segue a tendência da *taxa de utilização decrescente* que atinge a produção de bens e serviços, a maquinaria industrial e a própria força de trabalho. No primeiro caso, ocorre a transformação do supérfluo em necessidade ao mesmo tempo em que as mercadorias são projetadas para durarem cada vez menos (obsolescência planejada) e, quando isso não acontece, a propaganda massiva motiva os consumidores a trocarem seus bens usados e velhos por bens novos e modernos, atendendo aos ditames da moda e da ostentação social que conduzem ao consumo perdulário; No segundo caso, a subutilização também ocorre no plano

das fábricas e do maquinário, obedecendo ao imperativo da *inovação tecnológica*, onde máquinas ainda capazes de produzir são substituídas por outras *mais modernas e mais avançadas*, muitas vezes com financiamento de recursos estatais; Finalmente, a *taxa de utilização decrescente* também afeta a força de trabalho, pois os novos processos produtivos concorrem para a expulsão maciça de trabalhadores, inclusive nos países capitalistas avançados.

Os movimentos sociais ligados ao trabalho sempre foram contrários à implementação de novas tecnologias, desde o movimento luddita³ do início do século XIX até a formação dos conhecidos *acordos de produtividade*, nos países capitalistas avançados, entre capital e trabalho, no período posterior a Segunda Guerra Mundial até a crise da década de 1970, por meio dos quais os trabalhadores aceitaram as novas tecnologias em função da segurança no trabalho. Mas, como a história demonstrou, a luta parcial dos trabalhadores contra a inovação tecnológica e organizacional ataca apenas um dos elementos do sistema e é incapaz de modificar as bases desse modo de produção sociometabólica que precisa converter parte da mais-valia para mobilizar a ciência a desempenhar a dupla tarefa de inventar novas máquinas economizadoras de energia e força de trabalho e encontrar métodos mais eficazes de produzir mercadorias com maior lucratividade.

Nesse processo, os apologistas das relações capitalistas de produção teorizaram sobre o desemprego como um mal necessário para se atingir o *desenvolvimento* e a *modernização* com a promessa de um futuro melhor para todos, com mercadorias mais baratas e de melhor qualidade acessíveis a todos. Os postos de trabalhos perdidos na indústria em função da implementação de novas tecnologias produtivas seriam criados no setor de serviços, de maneira que só ficariam desempregados os trabalhadores que não procurassem realizar a sua qualificação profissional. Em outras palavras, a culpa do desemprego seria do próprio trabalhador preguiçoso que não quis estudar.

No entanto, essas ideias não passaram de simples *canto das sereias* para a classe trabalhadora, uma vez que a *modernização capitalista* tem por objetivo maior o aumento da lucratividade e a expansão do valor de troca, sendo bastante limitado o processo de transferência do trabalho não qualificado para o trabalho qualificado, de forma que, atualmente, o desemprego já

³ Marx relatou as revoltas dos trabalhadores contra as máquinas, como a invenção do tear de fitas na Alemanha do século XVII que causou agitação em várias cidades da Alemanha e Inglaterra, inclusive motivando o assassinato de seu inventor. Sobre o movimento luddita, Marx comenta que “a destruição maciça de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os 15 primeiros anos do século XIX, provocada sobretudo pelo emprego do tear a vapor, ofereceu, sob o nome do movimento luddita, pretexto ao governo antijacobino de um Sidmouth, Castlereagh etc., para as mais reacionárias medidas de violência” (MARX, 1984, Volume I, Tomo 2, p. 47).

atinge trabalhadores altamente qualificados, inclusive de setores de ponta como a indústria naval, aeronáutica, eletrônica, mecânica e espacial:

Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade (MÉSZÁROS, 2011, p. 1005, grifos do autor).

Para Chesnais as novas tecnologias e as técnicas organizacionais do trabalho, tais como a automatização baseada em microprocessadores, o sistema *toyotista* de terceirização e o *just in time* serviram para impor aos assalariados o peso da precariedade contratual e baixos salários:

O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Nesse contexto, outra investida do capital é subordinar os grupos que ainda não foram proletarizados, tais como os camponeses e as populações rurais dos países da periferia e a força de trabalho das mulheres, notadamente nos países capitalistas avançados, onde a maior parte dos camponeses e da população rural já desapareceu. Segundo Mézáros, a força de trabalho feminina é obrigada a aceitar salários mais baixos e ocupações mais inseguras e já constitui a maioria da população ativa dos países avançados, o que constitui uma vantagem para o capital, mas, contraditoriamente, coloca em risco o futuro da família nuclear, o *microcosmo* insubstituível de reprodução e consumo e da manutenção da propriedade:

Outro aspecto importante da extralimitação do capital relacionado com as mulheres é a fragmentação e a redução da família nuclear a seu âmago mais interior (comprovadas pelos índices crescentes do divórcio), que, na qualidade de “microcosmo” e unidade consumidora básica da sociedade, tende a contribuir para a maior instabilidade da própria família, sob enormes pressões num momento de crise estrutural cada vez mais profunda, e por sua vez tem sérias repercussões negativas para todo o sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 305, grifo do autor).

A fragmentação do trabalho é uma das estratégias do capital para impedir a unificação do trabalho, na medida em que alimenta a divisão de interesses no interior do próprio trabalho, em virtude das diferenças existentes no tocante a gênero, raça, etnia, língua, política, orientação sexual e crença religiosa. Isto é visível nos dias de hoje quando se observa o fosso salarial existente entre homens e mulheres, entre negros e brancos, bem como os atritos entre a força de trabalho dos países avançados e os imigrantes latinos, africanos e asiáticos, fazendo crescer a xenofobia na Europa e nos Estados Unidos. Para Harvey (2011, p. 58):

Ao longo de sua história, o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar, se não promover, fragmentações, e os próprios trabalhadores lutam para definir meios de ação coletiva que muitas vezes se defrontam com os limites das identidades étnicas, religiosas, raciais ou de gênero.

Dessa forma, a fragmentação do trabalho conduz também a lutas parciais contra o capital, representadas pelas demandas por empregos, saúde, educação, meio ambiente, lutas pela discriminação sexual e racial, entre outras. Tais lutas são reconhecidamente justificadas, mas insuficientes para alterar a estrutura do capital, dada a inviabilidade de soluções parciais e reformistas atingirem esse sistema totalizador e irreformável. Mézáros (2011, p. 181) observa que:

Baseada na dolorosa evidência histórica, surge a verdade desconcertante: através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados. Com isso, os adversários da ordem estabelecida da reprodução sociometabólica, incorrigivelmente discriminatória, têm de enfrentar e superar não apenas a força positiva autossustentada de extração do trabalho excedente pelo capital, mas também a força devastadoramente negativa (a inércia aparentemente ameaçadora) de suas ligações circulares.

A fragmentação e precarização do trabalho levam também à fragmentação e à precarização das lutas contra o capital que, estrategicamente, utiliza as diferenças sociais para perpetuar o domínio sobre o trabalho, mesmo em momentos de crise, conforme aponta Harvey (2011, p. 90):

[...] O capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho, qualquer preferência ou hábito cultural especial, tanto para impedir a uniformização inevitável da localização no mercado de trabalho que pode ser consolidada em um movimento de solidariedade social quanto para sustentar uma força de trabalho fragmentada e dividida.

Isso ocorre porque o trabalho pode existir sem o capital, mas o capital é completamente dependente do trabalho, uma vez que o trabalhador é o agente criador, mesmo que os capitalistas

organizem o processo de trabalho. É em função dessa dependência estrutural que surgem as táticas capitalistas para dominar o trabalho, tais como a utilização das diferenças sociais para fragmentá-lo e precarizá-lo,

Para Mészáros (2011), não há como reformar o capital e, nesse sentido, não há futuro em lutar por causas parciais. É preciso haver uma unificação política das diversas lutas. Em tal abordagem, o trabalho é a única alternativa estrutural viável para superar o capital, pois somente ele é capaz de fornecer o referencial estratégico para integrar todos os movimentos emancipadores de *questão única* na causa comum de manter a sobrevivência da humanidade. No entanto, para ter sucesso global, o trabalho precisa apresentar alternativas para cada estrutura do capital, desde o *microcosmo* até o *macrocosmo* da vida política e econômica, deve “abranger todos os aspectos complementares do processo de reprodução social, desde as funções estritamente produtivas e distributivas até as dimensões mais amplas da direção política”(p. 848).

Por essa análise, não basta apenas tomar o poder *político* para que o trabalho cumpra sua função social de produzir a riqueza para o conjunto da sociedade, sendo imprescindível erradicar a extração de trabalho excedente, tanto pelos capitalistas ou por qualquer outra personificação do capital e, para que isto ocorra, torna-se necessário substituir e superar a divisão social do trabalho hierárquica e antagonica. Mészáros (2011, p. 188, grifo do autor) destaca a importância da internacionalização das lutas dos trabalhadores para fazer frente à atual mobilidade do capital e credita à educação de baixo nível um dos obstáculos para a conscientização do trabalho:

[...] O capital é espontâneo e necessariamente móvel em sua busca da maximização do lucro e hoje pode ser transferido na velocidade da luz de um país para outro sob as circunstâncias de expectativas favoráveis de lucro. Em compensação, a “mobilidade do trabalho” internacional depara com imensos obstáculos práticos e custos materiais proibitivos, pois deve estar sempre subordinada ao imperativo da acumulação lucrativa de capital — para não mencionar o fato de que a prática consciente da educação de baixo nível e da mistificação ideológica dos trabalhadores, exercida em nome do interesse de seu capital nacional, ergue obstáculos enormes para o desenvolvimento da consciência internacional do trabalho

Harvey também destaca o problema da mobilidade do trabalho e afirma que a governabilidade para o capitalismo contemporâneo depende da criação de autoridades supranacionais, tais como o NAFTA e a União Européia, bem como de organismos multilaterais como o FMI, a OMC e o Banco Mundial e que o trabalho também precisa atuar nas mais variadas escalas para fazer frente ao domínio do capital:

[...] A esquerda tem de aprender a combater o capital em ambas as escalas espaciais ao mesmo tempo. [...] Refugiar-se na nação-Estado como o lugar estratégico exclusivo da organização e da luta de classes é cortejar o fracasso (assim como flertar com o nacionalismo e tudo aquilo que ele envolve). Isso não significa que a nação-Estado tenha se tornado irrelevante — na realidade, ela está mais relevante do que nunca. Mas a escolha da escala espacial não é uma questão de “ou isto ou aquilo”, mas de “tanto isto como aquilo” (HARVEY, 2006, p. 75).

O embate capital X trabalho é inevitável e se alimenta das contradições entre elementos antagônicos. Até aqui, o capital vem superando suas crises conjunturais graças ao mecanismo de deslocamento das contradições, inclusive transformando-as em mola de propulsão para expandir o sistema, até onde seja possível. Mas, as contradições permanecem e até passam a existir também em caráter ampliado, uma vez que é impossível para esse sistema resolver as contradições sem deixar de ser capital. Nesse contexto, diante de uma crise *estrutural*, as contradições se intensificam e se tornam mais explosivas para o capital, que passa a ter maiores dificuldades em realizar o deslocamento através de seus ajustes espaciais e da colonização interna, resultando no momento histórico privilegiado em que a ofensiva do trabalho tem plenas potencialidades de superar e transcender o capital como modo de reprodução sociometabólica.

Assim, em tempos de crise estrutural, o deslocamento das contradições fica comprometido, porque agora ela afeta a *totalidade* do complexo social, em todas as suas partes constituintes, do *microcosmo* ao *macrocosmo*, colocando em xeque a existência do capital como modo de reprodução sociometabólica e possibilitando a janela histórica para a sua substituição e superação por um complexo alternativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de auto-expansão do capital permitiu o deslocamento das contradições que se verificam nas três dimensões fundamentais do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização) através dos mecanismos de ajuste espacial, que criou o mercado mundial e de colonização interna, que proporcionou a dupla exploração dos trabalhadores: como produtores e como consumidores.

A tendência da *taxa de utilização decrescente* que atinge a produção de bens e serviços e a maquinaria industrial representa a possibilidade de ativação de um dos limites absolutos do capital

uma vez que há restrição de recursos de produção disponíveis para atender a demanda ilimitada desse modo de produção.

A precarização do trabalho verificada pelo desmantelamento das leis trabalhistas, pelas novas tecnologias e técnicas organizacionais do trabalho permitiram ao capital fragmentar ainda mais o trabalho, subordinando grupos que ainda não foram proletarizados, tais como os camponeses dos países da periferia e a força de trabalho das mulheres nos países capitalistas avançados, alimentando as diferenças existentes no tocante a gênero, raça, etnia, língua, política, orientação sexual e crença religiosa que conduzem a lutas *parciais* facilmente dominadas pelo capital.

Assim como não existe viabilidade na tentativa de reformar o capital, não há futuro em lutas *parciais*, sendo necessária a unificação política das diversas lutas dentro de um movimento anti-capital que englobe todos os despossuídos nas mais variadas escalas espaciais, conforme destaca Harvey (2011, p. 209):

Entender a necessidade política disso exige em primeiro lugar que o enigma do capital seja desvendado. Uma vez que sua máscara é arrancada e seus mistérios são postos a nu, é mais fácil ver o que tem de ser feito e por quê, e como começar a fazê-lo. O capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado. A acumulação do capital nunca vai cessar. Terá de ser interrompida. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. Terá de ser despossuída.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).



_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.